IMPÓSTO DO SÊLO — CONVERSÃO DE AÇÕES

— A conversão de ações ao portador em nominativas não está sujeita ao imposto do sêlo.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

União Federal *versus* Companhia Imobiliária Flamengo e outras
Apelação cível n.º 279 — Relator: Sr. Ministro
JOSÉ DE QUEIRÓS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n. 279, do Distrito Federal, em que é apelante a União Federal, recorrente de officio o Juiz da 3.^a Vara da Fazenda Pública, e apelados a Companhia Imobiliária Flamengo e outras.

Acorda a 2.^a Turma do Tribunal Federal de Recursos, por votação unânime, negar provimento a todos os recursos e manter a sentença apelada, de conformidade com as notas taquigráficas em anexo, parte integrante dêste.

Rio, 9 de novembro de 1951. — *Alfredo Loureiro Bernardes*, Presidente. — *João José de Queirós*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro José de Queirós — A Companhia Imobiliária Flamengo, “Edi-

fício Pan America” e a de “Navegação Norte-Sul”, dando cumprimento, aquêles, ao disposto no art. 177 do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-1940, e esta ao art. 3.º do Decreto-lei n. 2.784, de 20-11-940, converteram, em assembléias gerais extraordinárias, as suas ações, que eram ao portador em nominativas. O fisco entendeu que a conversão estava sujeita ao imposto do sêlo (Reg. anexo ao Decreto n. 1.137, de 7-10-1936, Tabela A, n. 39) e autou-as. O Conselho dos Contribuintes cancelou os autos e o Ministro da Fazenda, em grau de recurso, restabeleceu a decisão do Diretor da Recebedoria. Daí a ação, que visa anular o ato ministerial, a fim de que subsistam as decisões do 1.º Conselho de Contribuintes, com restituição dos depósitos, juros, custas e honorários. Contestada e saneada a ação (fls. 56 e 58) julgou-se procedente, pela sentença de fls. 61 a 64 do eminente Ministro Cunha Vasconcelos, então

Juiz da 3.^a Vara da Fazenda, menos quanto aos honorários pedidos, recorrendo de officio. Entendeu aquêlê illustre magistrado que, não tendo havido transferência de ações não era devido o sêlo. Apelou a União (fls. 69) sustentando que as concessões e transferências de ações foram sujeitas ao impôsto do sêlo até que as isentou dêsse pagamento o Decreto-lei n. 4.655, de 3-9-1942, não sendo êle, entretanto, de aplicar-se, com efeito retroativo, a transações verificadas em meio de 1941. Contraarrazoaram as apeladas (fls. 71), defendendo a tese da sentença. Nesta instância, a Subprocuradoria Geral foi de parecer (fls. 79) favorável ao provimento da apelação, de conformidade com o alegado pela Procuradoria da República na primeira instância.

E' o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro José de Queirós (Relator) — Sr. Presidente, nego provimento tanto ao recurso de officio como ao apêlo voluntário da União. E o faço pelos próprios fundamentos da sentença de primeira instância, da Turma do então Juiz Cunha Vasconcelos, hoje honrando, como Ministro, êste egrégio Tribunal. Os fundamentos da sentença, que, *data venia*, adoto integralmente, são os seguintes:

“Isto pôsto:

Por fôrça de lei, as autoras se viram obrigadas à substituição de suas ações ao portador por ações nominativas. Os agentes do fisco, examinando os livros das autoras entenderam que as mesmas haviam infringido o disposto no n. 39 da tabela A do Regimento anexo ao Decreto-lei n. 1.137, de 7-10-39, porque não haviam pago o sêlo proporcional ao valor nominal das ações assim convertidas.

Invocando os conceitos de Trajano de Miranda Valverde, sustentam, as autoras que não havia sêlo a pagar, porque, pela simples conversão, que operaram, não se verificou *transferência* de títulos.

Êste Juízo, pela sentença junta a fls. 34, em sua publicação no *Diário da Jus-*

tiça, decidindo hipótese perfeitamente idêntica a dos autos, assim se pronunciou, encaminhando a incidência do tributo exigido pelo disposto no n. 39, tabela A, do Decreto-lei n. 1.137:

“A Tabela A do Decreto-lei n. 1.137, especifica os “atos, contratos e documentos sujeitos a sêlo proporcional” e, no n. 39, refere os “Têrmos de transferência de ações de sociedades anônimas e em comandita por ações”, esclarecendo, na respectiva nota: “O sêlo será inutilizado pelo valor da transação, e, não sendo estipulado êsse valor, pela cotação oficial, última dentro de um semestre, e, na falta, pelo valor nominal”. Ora, segundo o officio a fls. 23 e à ordem 183, transcrita na contestação da União (fls. 20 e 21), é nesse dispositivo de lei do sêlo que a Fazenda assenta a sua exigência. Entretanto, vemos que a dita lei cogita de “Têrmos de *transferência*” devendo o sêlo ser inutilizado pelo “*transferente*” e calculado pelo “*valor da transação*”. A lei, como se vê, pressupõe uma transação entre *transferente* e *transferido*, por compra, cessão, ou qualquer dos outros meios regulares. O próprio parágrafo único do art. 177 do Regulamento das sociedades por ações, impondo, como preliminar ao consentimento da transferência das ações, a exibição de documentos que prove o pagamento do impôsto, menciona, expressamente, o “*impôsto de transmissão*”.

No caso presente, em que a substituição das ações ao portador por ações nominativas se fêz em face da imposição da lei, há “têrmo de transferência”, têrmo que é o ato sujeito ao sêlo proporcional? Evidentemente não, porque as ações não são transferidas a ninguém. As autoras provam que as ações que devem ser substituídas são suas desde antes de outubro de 1935”.

E essa decisão foi unânimemente confirmada, pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, por seus fundamentos, em sessão de 17-11-44, pelo acórdão proferido nos autos de apelação cível n. 8.083, sendo Relator e Revisor os Srs. Ministros Filadelfo Azevedo e Laudo de Camargo.

A hipótese presente se ajusta à decidida, não oferecendo qualquer aspecto especial, ou particular, salvo quanto aos pedidos de honorários de advogado e juros da mora, evidentemente indevidos — aquêles frente aos têrmos do art. 64 do Código de Processo Civil e a natureza da exigência que foi feita às autoras em a qual não se vislumbra qualquer infração contratual; os juros, porque, mui justamente, têm sido sempre negados sobre depósitos para o efeito de discussão de exigências feitas, dado que tais juros constituem *pena* em que incide o devedor por culpa própria. *Demais*, a quantia reclamada, o *depósito*, não constituiu receita da Fazenda, não entrou no *giro* de seu movimento, não lhe proporcionou qualquer vantagem — ao contrário, permaneceu parado, à disposição da Justiça (fls. 44 v. 2.^a certidão).

Pelo exposto, pois, julgo procedente a ação para os fins requeridos, menos quanto a honorários de advogado e juros da mora.

Custas *ex-lege*" (fls. 61-63).

Nada acrescentando ao julgado de primeira instância, cujos fundamentos e conclusões irrepreensíveis não se abalarão com as razões da apelante, confirmo-o por inteiro. Nego, pois, provimento tanto ao recurso de officio como ao apêlo voluntário da União.

E' o meu voto.

VOTO

O Sr. Ministro Alfredo Bernardes (Revisor) — Os autores apelantes viram-se forçados, por lei, a converter suas ações ao *portador* em *nominativas*. E porque nessa conversão não se houvesse pago sêlo proporcional, foram, elas atuadas como infratoras do Regulamento para cobrança e fiscalização do imposto de sêlo, aprovado; no Decreto-lei n. 1.137, de 7 de outubro de 1936. — A infringência atentaria contra o disposto no n. 39 da Tabela A — que assim preceitua:

“39 — Têrmo de *transferência de ações de Sociedades Anônimas e em comandita por ações*.

Nota — O sêlo será inutilizado pelo transferente e calculado sôbre o valor da transação e, não sendo estipulado êsse valor, pela cotação oficial, última dentro de um semestre e, na falta, pelo valor nominal”.

Ora, conforme salienta o douto Juiz *a quo* o que a lei submete ao imposto de sêlo é transferência de ações de sociedades anônimas ou em comandita, do proprietário para terceiros. Essa transmissibilidade é que paga sêlo proporcional. No caso dos autos, porém, não houve transmissibilidade de ações; ocorreu, tão sômente, conversão das ações ao portador em nominativas. Essa conversão não está sujeita ao imposto reclamado, visto como nenhuma identidade tem com a operação de transmissão de ações; nesta se faz a transmissão de propriedade de título, enquanto que naquelas apenas altera-se uma das condições do título, sem se lhe modificar o valor intrínseco, que continua o mesmo.

Pelo exposto, e considerando, ainda, que o Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, criando sêlo para *conversão* de ações, isenta do tributo “a conversão de ações ao portador em nominativa”, nego provimento ao recurso de officio e à apelação voluntária da União Federal para confirmar na íntegra a sentença apelada, pondo-me, assim, de inteiro acôrdo com o voto proferido pelo eminente Ministro Relator.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Negaram provimento ao recurso de officio e à apelação da União Federal, para confirmar a sentença apelada, tudo por votação unânime. Os Senhores Ministros Revisor e Artur Marinho votaram de acôrdo com o Sr. Relator. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Sr. Ministro Alfredo Bernardes.